

CLÁUSULA DÉCIMA

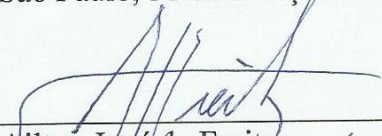
Por decisão de quotista que representem a maioria do Capital Social, poderá ser determinada a exclusão por justa causa de sócios do quadro social, nos termos do artigo n.º 1.085, da Lei 10.406/02.

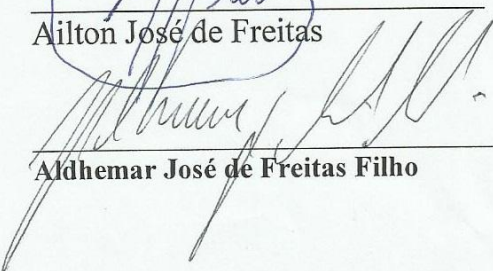
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Todos os casos omissos serão regulados pela Lei 10.406/02, ficando eleito o foro da cidade de São Paulo/SP, para dirimir, conhecer e decidir sobre quaisquer questões oriundas deste instrumento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

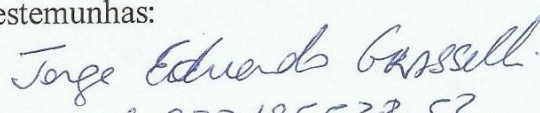

E, por assim estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento de Contrato Social, em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, e será levado a registro na Junta Comercial do estado de São Paulo, nos termos dos arts. 998 e 1.150, da Lei 10.406/02.

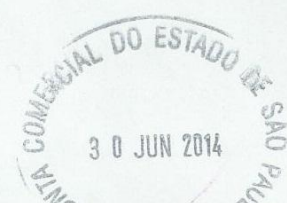

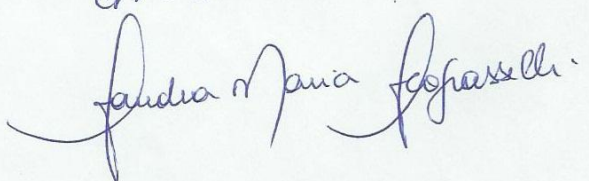
São Paulo, 31 de Março de 2014.


Ailton José de Freitas


Aldhemar José de Freitas Filho

Testemunhas:


Jorge Eduardo Grasselli
CPF: 033.195.538-52



30 JUN 2014
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO PLÁVIA REGINA BRITTO
SOB O NÚMERO SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO
241.902/14-9

JUCESP
SANDRA MARIA SCOGNAMILLO GRASSELLI
CPF: 023.012.158-65


CONVENIO
GUARUJOS

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO
SOCIAL DA ROXY COMÉRCIO DE BIJUTERIAS LTDA.
- EPP

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual, os abaixo assinados, os Srs.

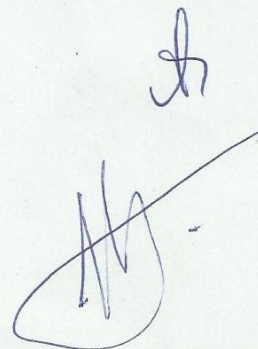
Ailton José de Freitas, brasileiro, solteiro, do comércio, portador da cédula de identidade RG nº 7.311.070 SSP/SP e do CPF sob o nº 112.722.538-30, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP na Rua dos Itacolomi, nº 561, Apto. 51, Higienópolis, CEP: 01239-020;

Aldhemar José de Freitas Filho, brasileiro, casado, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.311.071-SSP/SP e inscrito no CPF nº 077.302.108-60, residente e domiciliado na Rua Itacolomy, nº 561 – apto 51, Higienópolis, nesta capital, CEP 01239-020.

Únicos sócios da sociedade denominada **ROXY COMÉRCIO DE BIJUTERIAS LTDA - EPP**, com sede na cidade de São Paulo à Cerro Corá, nº 1.646, Alto da Lapa, CEP 05061-300 devidamente registrada na JUCESP sob o nº 35209764197, em 06 de novembro de 1.990 e posteriores alterações sob nº 79.154/93 em 25/05/93, 107.538/94-5 em 01/08/94, 112.166/98-2 em 24/07/98, 105.705/99-8 em 01/07/99, 102.855/02-0 em 21/05/02, 371.086/04-8 em 04/08/2004, 306.098/08-8 em 12/09/2008, 4.618/10-5 em 19/01/2010, na forma de “Sociedade Empresária Limitada” e devidamente inscrita no CNPJ sob nº 64.860.695/0001-64, resolvem de comum acordo, alterar o contrato social da referida sociedade, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a sede social da Rua Cerro Corá nº 1.646, Alto da Lapa, CEP 05061-300 para a Rua Marco Aurélio, 411 – Vila Romana – CEP 05048-000 – São Paulo – SP.



10050
20-08-14

CLÁUSULA SEGUNDA

Face às alterações acima verificadas, bem como outras cláusulas, decidem os sócios remanescentes consolidar o contrato social que passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DE SOCIEDADE LIMITADA

ROXY COMÉRCIO DE BIJUTERIAS LTDA - EPP

CNPJ: 64.860.695/0001-64

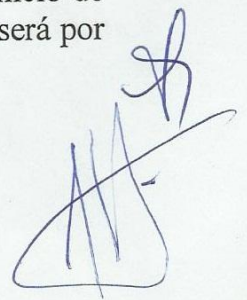
Pelo presente instrumento particular de contrato social, e na melhor forma de direito os Srs.

Ailton José de Freitas, brasileiro, solteiro, do comércio, portador da cédula de identidade RG nº 7.311.070 SSP/SP e do CPF sob o n.º 112.722.538-30, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP na Rua dos Itacolomi, n.º 561, Apto. 51, Higienópolis, CEP: 01239-020;

Aldhemar José de Freitas Filho, brasileiro, casado, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 7.311.071-SSP/SP e inscrito no CPF n.º 077.302.108-60, residente e domiciliado na Rua Itacolomy, n.º 561 – apto 51, Higienópolis, nesta capital, CEP 01239-020., têm entre si justo e contratado, a constituição de uma sociedade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes e nas omissões, pelo Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1.919.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente sociedade girará sob a denominação social de ROXY COMÉRCIO DE BIJUTERIAS LTDA - EPP, tendo sua sede na Rua Marco Aurélio, 411–Vila Romana – CEP 05048-000 na cidade de São Paulo, que teve o início de suas atividades em 06 de novembro de 1.990, e seu prazo de duração será por



tempo indeterminado, podendo a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade terá como objetivo social Comércio varejista e atacadista de suvenires, bijuterias e artesanatos, objetos decorativos e peças de mobiliário, artigos esportivos, artigos de couros, bolsas, chaveiros, malas frasqueiras, sacolas, entre outros.

CLÁUSULA TERCEIRA



O capital social é de R\$ 100,00 (cem reais). totalmente realizados e integralizados em moeda corrente do país e divididos em 100 (cem) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios, como segue:

Nome do sócio	Número de quotas	Valor
Ailton José de Freitas	50	50,00
Aldhemar José de Freitas Filho	50	50,00
Total Geral	100	100,00

Parágrafo Único – De conformidade com o artigo 1.052, da Lei 10.406/02, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUARTA

A administração da sociedade será exercida pelos sócios isoladamente, bem como a responsabilidade pelos atos societários e sua representação judicial e extrajudicial, podendo todos, praticarem os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.



Parágrafo Primeiro. Os procuradores ou procurador que representam a sociedade, deverão estar regularmente constituídos e os seus respectivos instrumentos de mandato deverão especificar os atos ou operações que poderão praticar.

CLÁUSULA QUINTA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

CLÁUSULA SEXTA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Primeiro – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso. Averbando a respectiva ata junto ao registro competente.

Parágrafo Segundo – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único – No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os outros sócios por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres, apurados em balanço especial, serão pagos em 20 (vinte) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data do balanço especial.

CLÁUSULA OITAVA

Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, e serão pagos em 20 (vinte) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data do balanço especial.

CLÁUSULA NONA

A sociedade se dissolverá nos termos da lei vigente.